



# Perspectivas de investigação

## A ISAAR(CPF) e os vocabulários controlados: uma aproximação preliminar

**Luciana Davanzo**

Universidade Estadual Paulista  
Brasil · luciana.davanzo@gmail.com

**Walter Moreira**

Universidade Estadual Paulista  
Brasil · walter.moreira@marilia.unesp.br

**Resumo:** Observando-se o caráter social aplicado da Arquivologia e a instrumentalidade da linguagem como elemento de mediação em unidades arquivísticas, entende-se que é preciso verificar como a área tem compreendido as relações teóricas, conceituais e metodológicas entre seus instrumentos normativos e os vocabulários controlados. Objetivou-se, portanto, com essa pesquisa, analisar como os elementos de descrição obrigatórios presentes na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), podem ser utilizados no desenvolvimento de vocabulários controlados em unidades arquivísticas. A pesquisa tem caráter exploratório-descritivo, com *corpus* documental obtido por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados brasileiras da área de Ciência da Informação, bibliotecas digitais de teses e dissertações e anais de congresso. Os resultados indicam descompasso em relação à utilização desse tipo de norma. A ISAAR(CPF) é uma norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades, pessoas e famílias que fornece diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que se relacionem com a produção e manutenção de arquivos. Conforme menciona a ISAAR (CPF), apenas quatro elementos são obrigatórios em relação à descrição: tipo de entidade; forma autorizada do nome; datas e identificador do registro de autoridade, elementos esses que atuam como pontos de acesso. Os resultados da pesquisa apontam que a junção desses elementos com as técnicas de controle de vocabulário, podem melhorar a qualidade e a precisão da representação e da recuperação da informação em unidades arquivísticas. A própria ISAAR (CPF), aliás, faz menção à necessidade do vocabulário controlado. Muitos dos elementos descritivos em um registro de autoridade, conforme essa norma, podem ser utilizados como pontos de acesso. Acredita-se que esse tipo de investigação contribui para a oferta de subsídios teóricos e metodológicos na utilização de vocabulários controlados em processos de representação e recuperação da informação em unidades arquivísticas.

**Palavras-chaves:** Organização da Informação; Norma de descrição arquivística; ISAAR-CPF; Vocabulários controlados.

**Abstract:** Observing the applied social character of Archives and the instrumentality of language as a mediating element in archival units, it is understood that it is necessary to see how the area has understood the theoretical, conceptual and methodological links between its normative instruments and controlled vocabularies. The objective, therefore, with this research, analyze how the description of required elements present in the International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families (ISAAR-CPF), can be used in the development of controlled vocabularies in archival units. The research is exploratory and descriptive, with documentary corpus obtained through literature in Brazilian databases Science Area information, digital library of theses and dissertations and conference proceedings. The results indicate gap regarding the use of this type of standard. The ISAAR (CPF) is an international standard archival authority record for entities, individuals and families that provides guidance for preparing archives authority records which relate to the production and maintenance of files. As mentioned the ISAAR (CPF), only four elements are required in relation to the description: type of entity; authorized form of name; dates and identifier of authority

record, these elements that act as access points. The survey results show that the combination of these elements with vocabulary control techniques, can improve the quality and accuracy of representation and information retrieval in archival units. The very ISAAR (CPF), by the way, mentions the necessity of controlled vocabulary. Many of the descriptive elements in an authority record, as this standard, can be used as access points. It is believed that this type of research contributes to offer theoretical and methodological subsidies on the use of controlled vocabularies for representing processes and information retrieval in archival units.

**Keywords:** Information organization; Archival description standard; ISAAR-CPF; Controlled vocabularies.

## 1 Introdução

**A** diversidade na produção documental, tanto no que se refere à sua tipologia, aos seus produtores, às instituições que recebem e organizam esses documentos, quanto aos seus usuários, geram desafios constantes para a arquivologia. De modo geral, os desafios referentes à organização da informação em arquivologia concentram-se na contribuição que essa área pode oferecer para a perpetuação do ciclo produtivo que envolve acesso, recuperação, reutilização e geração de novos conhecimentos ou, visto por outro prisma, produção, organização, acesso e uso da informação.

Desse modo, o objetivo da arquivologia está relacionado ao acesso à informação em sua natureza ampla e diversa, contemplando, por exemplo, a informação que envolve o processo decisório em atividades governamentais ou em empresas privadas, a informação que atua como testemunho dos direitos do cidadão e a que subsidia a análise crítica das sociedades (Bellotto, 2009).

O acesso à informação está condicionado ao seu tratamento adequado a esse propósito, isso é, para que a informação possa ser localizada e recuperada é preciso que seja organizada para esse fim, prevendo-se pontos de acesso variados, orientados por uma política específica e sintonizada com esse propósito. O tratamento da informação não é desvinculado, é importante lembrar, de ações que envolvem a seleção, a formação e o desenvolvimento do conjunto de documentos.

Observado de modo amplo, o tratamento da informação envolve a substituição da informação primária por registros específicos que lhe são relativos (Alvarenga, 2003), ou seja, o tratamento da informação implica a produção de representações documentárias por meio da utilização de metalinguagens, isso é, de linguagens documentárias construídas especificamente para fins de representação e recuperação da informação.

Nesse sentido, o tratamento da informação revela-se como intermediário entre o conjunto de documentos e a comunidade usuária e tal intermediação ocorre por meio da linguagem documentária. Sobre a função da linguagem documentária nesse contexto, cita-se Lara (2004, p. 233-234)

A linguagem documentária é um instrumento por meio da qual se realiza a mediação entre sistemas ou conjuntos informacionais e usuários. Ou, sob outra perspectiva, é um instrumento que exerce a função de ponte entre ao menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário. Essa potencialidade da linguagem documentária decorre do fato de que ela constitui, em si mesma, um produto autônomo, um sistema significativo, ou seja, um meio organizado em torno de uma área temática, que é uma das condições para possibilitar as operações de representação e de acesso à informação. Enquanto sistema de significação e de comunicação, a linguagem documentária permite orientar a busca, ou seja, a navegação através de uma proposta de segmentação do universo focado.

O processo de representação, vale lembrar, é complexo em si mesmo, em qualquer esfera de conhecimento. O conceito de representação é objeto de estudo e discussões na arte, na filosofia, na linguística, na semiótica, na ciência da computação e em diversos outros campos. Na ciência da informação, o termo *representação* é polissêmico e envolve pelo menos duas acepções: pode ser entendida como ato de

representar, isso é, de produzir a representação ou, numa outra acepção, pode ser compreendida como o produto da representação.

A construção de representações envolve processos de interpretação, os quais possuem sua carga de subjetividade bem como algum aspecto pragmático ou ideológico que lhe orientam. Sendo assim, “classificar seres, coisas e textos que sobre esses são produzidos, revestem-se a priori da constatação de que as coisas e os conhecimentos que lhe são correspondentes não se reduzem ao que deles pode ser visto explicitamente” (Alvarenga, 2003, p. 7). Esse nível de compreensão envolve a concepção criadora de sentido da interpretação, conforme a compreensão de Ricoeur (1990), também mencionada em Alvarenga (2003).

Utilizando-se outros termos, não há (ou não deveria haver) gratuidade na escolha dos termos que irão representar um determinado documento ou um determinado conjunto de documentos. A ação aparentemente simples de nomear uma determinada categoria, por exemplo, implica a escolha consciente ou não de determinado termo com toda a gama de significados que possui. Longe de investir no engessamento das significações, contudo, busca-se com as ações de padronização, buscar-lhes os sentidos mais precisos num determinado contexto.

Observando-se, portanto, o caráter social aplicado da arquivologia e a instrumentalidade da linguagem como elemento de mediação nos processos de representação e de recuperação da informação, entende-se que é preciso verificar como essa área tem compreendido as relações teóricas, conceituais e metodológicas entre seus instrumentos normativos e a utilização de vocabulários controlados nos processos de representação e recuperação da informação arquivística.

Na perspectiva dessa pesquisa, a normalização terminológica viabilizada pelos vocabulários controlados possibilita maior eficácia nos processos de organização, representação e recuperação da informação arquivística, contribuindo para o seu acesso mais preciso e mais qualitativo. A quantidade de trabalhos que discutem em nível teórico, conceitual e metodológico a aplicação de vocabulários controlados em arquivos ainda é, relativamente ao que ocorre em relação às bibliotecas, incipiente e, por essa mesma razão, também insipiente, o que também justifica a proposta dessa pesquisa.

Embora não se conheça efetivamente a realidade das práticas arquivísticas em relação à problemática do controle vocabular nos processos de tratamento da informação arquivística, é razoável inferir, por meio da análise da literatura realizada nessa e em outras pesquisas dos mesmos autores, em andamento, que a situação não é absolutamente diferente.

Objetivou-se, portanto, com essa pesquisa, analisar como os elementos de descrição obrigatórios presentes na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), podem ser utilizados no desenvolvimento de vocabulários controlados.

A investigação tem caráter teórico-metodológico, isso é pretende identificar as relações entre a ISAAR(CPF) e os vocabulários controlados no âmbito da literatura brasileira, conforme a descrição do *corpus* documental na sequência.

A pesquisa possui também caráter exploratório-descritivo, com *corpus* documental obtido por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados brasileiras da área de ciência da informação, especificamente: Base de dados referencial de artigos de periódicos em ciência da informação (BRAPCI) e BENANCIB (repositório do Projeto “Questões em rede”, da Universidade Federal Fluminense, Brasil, que disponibiliza os trabalhos dos anais dos Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB).

Foram observadas também bibliotecas digitais de teses e dissertações e, para ampliação do *corpus*, outros anais de congresso, tais como: Congresso Nacional de Arquivologia do MERCOSUL (CAM), Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENEARQ), Congresso Brasileiro de Arquivologia e Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

Os termos utilizados na estratégia de busca foram os seguintes: descrição, descrição arquivística, norma de descrição, vocabulário controlado, tesouro, tesouro funcional, ISAAR(CPF). Os campos utilizados para busca foram, respectivamente:

título, palavras-chave e resumo, e o período de cobertura considerado foi de dez anos, compreendendo 2005-2014.

## 2 A descrição arquivística e a ISAAR-CPF

Devido à grande produção da massa documental em todos os tipos de instituições, torna-se necessário a existência de normas de descrição que facilitem, por meio de processos de padronização, o acesso e a organização dos documentos, independentemente de seus suportes.

Com o recurso das normas de descrição é possível, portanto, representar adequadamente a informação arquivística. Ainda que a norma não resolva o aspecto pragmático envolvido na representação, pode diminuir os problemas relacionados aos aspectos sintático e semântico. A dificuldade em contemplar numa norma o aspecto pragmático diz respeito à limitação desse tipo de instrumento o qual possui, na maioria das vezes, natureza generalizante. Apontar a não resolução de aspectos pragmáticos, então, não pode ser tomado aspecto negativo, mas apenas como aspecto identitário.

Conforme discutido anteriormente, na seção de introdução, a representação da informação é extremamente relevante ao fluxo documentário por seu caráter mediador. A recuperação eficaz da informação é condicionada à qualidade, à adequação e à confiabilidade da descrição.

A descrição pode ser definida como o "conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa" (Camargo; Bellotto, 1996, p. 23).

A descrição arquivística é uma etapa fundamental no desenvolvimento das atividades arquivísticas, pois, por meio dela, "o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e o conteúdo do acervo" (Andrade, 2010). Considerando-se a produção de documentos em um ciclo de comunicação, isso é, considerando-se a intenção comunicativa do processo, tanto por parte do autor/produtor de um determinado documento quanto pelo usuário (especialista ou não em sua área de domínio), a descrição arquivística é "a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores" (Bellotto, 2006, p.79). É exatamente nesse aspecto que a descrição arquivística atua como ponto de acesso, conforme apontado anteriormente.

Cabe ainda destacar o caráter contextual da descrição, isso é, não se trata de encarar a representação documentária no sentido equivalente ao de reprodução, o que aliás, seria um erro. Observando-se esse princípio:

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos, isto sendo alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (Botão, 2011, p. 50).

As normas de descrição arquivística são fundamentais para que seja possível dar acesso aos documentos que fazem parte de uma instituição arquivística e para que essa descrição observe, de modo consistente, aspectos fundamentais ao tratamento da informação arquivística. Considerando-se esse cenário, a história recente da arquivística tem registrado o desenvolvimento de "novas normas internacionais, nacionais e regionais que, em conjunto, são utilizadas para descrever documentos, produtores, funções e instituições arquivísticas" (Llanes Padrón; Fujita; Bastos, 2014, p. 10).

Essa pesquisa aborda, de modo mais específico, a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, pois, a descrição arquivística é um dos "processos intelectuais mais importantes que se realiza nos arquivos, visto ser a ponte que une os usuários com os acervos documentais" (Llanes Padrón; Fujita; Bastos, 2014, p. 10).

A primeira edição da ISAAR (CPF) foi desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) nos anos de 1993 a 1995, tendo sido publicada no ano de 1996.

Esta versão da norma compreendia as seguintes áreas:

- área de controle de autoridade;
- área de informação e
- área de notas.

Porém, como houve dificuldades em relação ao uso da norma, o CIA abriu processo de revisão da referida de norma, pois, os "comentários recebidos da comunidade profissional no processo de revisão indicaram a necessidade de maior clareza e orientação em relação à edição de 1996" (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p.8). Com essa revisão, a norma abrangeu também outras áreas, a saber:

- área de identificação;
- área de controle de autoridade;
- área de descrição;
- área de relacionamentos e
- área de controle.

A partir da inclusão dessas novas áreas de descrição, tornou-se possível uma maior clareza em relação às práticas de descrição pelos profissionais. Desse modo a norma aproximou-se de modo mais efetivo de sua função original mais destacada: possibilitar o acesso a informação e colaborar com os usuários em relação a compreensão do contexto dos documentos de arquivo. Essa norma possibilita a descrição objetiva do produtores dos documentos, sejam estes, pessoas, famílias e/ou instituições.

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) menciona que o "objetivo primordial desta norma é favorecer regras gerais para a normalização de descrição arquivística de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos" (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p.12).

Entende-se, como decorrência, que a descrição arquivística realizada a partir da ISAAR (CPF) colabora para o acesso qualitativo às informações ao possibilitar aos usuários um entendimento maior em relação ao contexto de produção dos documentos. Colabora igualmente para que os documentos e a instituição sejam descritos de forma mais precisa.

Nesse sentido, a descrição arquivística é uma

criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p.14).

As normas de descrição são elaboradas a partir de áreas e cada área possui elementos que se referem à descrição dos documentos. Dessa forma, esses elementos podem ser compreendidos como pontos de acesso, uma vez que, através dos mesmos, os usuários poderão visualizar a representação da informação que está contida nos documentos.

A ISAAR (CPF) constitui-se a partir de quatro grandes áreas conforme mencionado anteriormente; essas áreas por sua vez são distribuídas em subáreas que se relacionam com a descrição dos documentos.

Considerando-se o grande volume de informações que podem existir em uma unidade de informação arquivística, nem sempre é possível que a descrição desses documentos aconteça em sua totalidade, portanto, quando não for possível realizar a descrição de forma completa, a descrição deve contemplar os seguintes campos, de acordo com o Conselho Internacional de Arquivos (2004):

- tipo de entidade;
- forma autorizada do nome;
- datas de existência e
- identificador do registro de autoridade.

A partir desses campos é possível que a instituição disponibilize os documentos para a consulta, pois a partir desses campos os usuários podem ter acesso a documentação, já que as principais informações estarão representadas.

### 3 Vocabulários controlados

No cenário atual, é bastante comum que as instituições possuam em suas constituições grandes volumes de documentos, em ciclos de produção e recepção diários. Juntamente com a profusão documental está a profusão vocabular que isso pode gerar se são mantidas formas de representação mais próximas da linguagem natural. Criar procedimentos que auxiliem no controle terminológico é, portanto, fundamental.

Conforme a observação de Souza (2004), a "ausência de tratamento terminológico por meio da adoção de ferramentas e procedimentos de controle de vocabulário tem sido a causa frequente de baixa revocação e baixa precisão na recuperação da informação", afinal, para que uma informação cumpra o objetivo para o qual foi criada (considerando-se uma perspectiva comunicacional), é necessário garantir que essa informação possa ser recuperada. Sem a recuperação da informação não haverá sua utilização; sem sua devida utilização não se realizará o processo de socialização da informação e não se produzirá novos conhecimentos. Deve-se descontar o caráter fatalista da proposição e encará-la apenas como recurso estilístico para a compreensão do lugar do arquivo no ciclo de produção do conhecimento.

O vocabulário controlado, na condição de instrumento de controle de terminológico, tem se mostrado um recurso muito eficaz em bibliotecas e em bases de dados, tanto em relação à organização da informação, como em relação à representação da informação, contribuindo também com o processo de recuperação da informação.

De modo geral, um vocabulário controlado é concebido como um

instrumento documentário que visa facilitar a organização, a representação e a recuperação da informação com a finalidade de otimizar a transferência social da informação; ao promoverem ambientes de recuperação da informação de domínios contextuais específicos com consistência, além de minimizarem os ruídos na recuperação da informação (Aguilar, 2008. p.220).

Por meio da utilização de vocabulários controlados torna-se possível diminuir alguns dos problemas de linguagem que podem existir em relação ao acesso, ao uso e a disseminação da informação, como, por exemplo a ambiguidade e a polissemia presentes na linguagem natural. O controle de vocabulário, buscando a melhor adequação entre o termo e o conceito que tal termo pretende expressar, viabiliza a clareza e a precisão na comunicação entre usuário da informação, arquivista e sistema.

A ausência de acordo terminológico, isso é, a não utilização de procedimentos de desambiguação da linguagem natural por meio de controle terminológico implica, no contexto de uma unidade arquivística, a utilização reduzida do potencial representativo da linguagem enquanto elemento capaz de sintetizar e sistematizar conceitos.

O acesso aos documentos, tomado como condicionante óbvio de sua efetiva utilização, é dependente do estabelecimento de pontos de acesso. Esses pontos de acesso irão possibilitar a localização mais ou menos precisa de um determinado documento no conjunto de documentos componentes da unidade arquivística. Diz-se "mais ou menos precisa" porque a precisão do acesso depende, certamente, da precisão terminológica, a qual é tributária, por sua vez, do controle terminológico.

Desse modo, a utilidade desses pontos de acesso são dependentes de duas condições, conforme apontadas por Smit e Kobashi (2003, p. 13):

"1. que sejam bem selecionados, isto é, que tenham poder discriminante para diferenciar conjuntos documentais em conformidade com os preceitos arquivísticos; essa é a função das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF);

“2. que sejam expressos de forma consistente”.

Considerando-se a perspectiva mediadora dos arquivos, acredita-se que, sem o recurso da padronização terminológica na construção de representações documentárias, prejudica-se o fluxo de comunicação.

#### 4 Resultados e discussão

Embora não tenham sido encontrados no *corpus* documental trabalhos que tratem da utilização dos vocabulários controlados em conjunto com as normas de descrição arquivística, salienta-se que o uso dos vocabulários controlados podem melhorar a qualidade e a precisão em relação a representação e a recuperação da informação nas unidades arquivísticas, como atestam os trabalhos de Aguiar (2008) e Llanes Padrón; Fujita; Bastos (2014).

A própria ISAAR (CPF) menciona a possibilidade de utilização dos vocabulários controlados. Essa menção diz respeito à padronização terminológica dos pontos de acesso que irão possibilitar, no processo mais amplo de organização da informação, a representação e a recuperação da informação. Muitos dos elementos descritivos em um registro de autoridade, conforme essa norma podem ser utilizados como pontos de acesso.

A área de relacionamentos, um dos elementos de registro de autoridade da ISAAR(CPF), é a que pode mais imediatamente beneficiar-se da utilização de técnicas de vocabulários controlados. Essa área é subdividida em: nomes/identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas; categoria do relacionamento; descrição do relacionamento; datas do relacionamento. Destaca-se dentre elas a *categoria do relacionamento*, a qual tem por objetivo “identificar a categoria geral do relacionamento entre a entidade que está sendo descrita e uma outra entidade coletiva, pessoa ou família” (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p. 26).

Nesse tipo de categoria é preciso que fiquem suficientemente claras as relações hierárquicas, temporais, familiares e associativas. Os exemplos dados a seguir são utilizados na ISAAR(CPF). Nas relações hierárquicas, em que as relações de subordinação, coordenação e superordenação ficam evidentes, podem-se identificar, com o recurso de vocabulários controlados, “superior/subordinado; controlador/controlado; possuidor/possuído”. Nesse caso, a compreensão mais aprofundada da tipologia de relações hierárquicas genérico-específicas e todo-partitivas, conforme definem as normas de elaboração de tesouros e sobre o trabalho terminológico, podem enriquecer a compreensão dessas relações.

Nas relações temporais e familiares há elementos de relações hierárquicas, mas há também elementos de relações associativas. Demandam, por esse motivo, melhor compreensão sobre sua natureza e sobre sua aplicação. Em comum, ambas apresentam elementos de sucessão e de predecessão.

A compreensão das relações associativas é tratada na ISAAR(CPF) de modo análogo ao modo como aparecem nas normas sobre elaboração de tesouros. Trata-se de uma classificação por exclusão, isso é, as relações associativas são relações que se estabelecem efetivamente entre os conceitos e que não se encaixam nos tipos definidos (hierárquica, temporal, familiar). Aparecem como exemplos na norma: fornecedor/cliente, membro de associação/sócio.

A ISAAR(CPF) aponta as seguintes normas como úteis para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários controlados:

- *ISO 5963 Documentation – Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms;*
- *ISO 2788 Documentation – Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri;*
- *ISO 5964 Documentation – Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri;*
- *ISO 999 Information and Documentation – Guidelines for the content, organization and presentation of indexes.*

Além dessas, recomenda-se como fundamentais para o mesmo propósito também as seguintes:

- *ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) - Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies.*
- *ISO 25964-1: information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – part 1: Thesauri for information retrieval.*
- *ISO 25964-2: information and documentation — Thesauri and interoperability with other vocabularies — part 2: Interoperability with other vocabularies. Genebra, 2011.*
- *ISO 704: terminology work – principles and methods.*
- *ISO 1087: terminology work – vocabulary.*

Somado a isso, constatou-se também que ainda existe a real necessidade de um maior aprofundamento sobre a relação entre a arquivologia e os vocabulários controlados, pois, esses são instrumentos que contribuem de forma expressiva para a área, porque atuam desde a organização da informação até a sua posterior recuperação, contribuindo, portanto, com a socialização da informação e com o cumprimento das funções da instituição arquivista.

## 5 Considerações finais

Esse estudo é exploratório, conforme apontado na seção de introdução e, dada essa natureza, permite apontar alguns direcionamentos para pesquisas futuras. Nesse sentido, ainda é preciso compreender melhor as especificidades e as generalidades das normas nacionais e internacionais de descrição arquivística, ou seja, é necessário esclarecer sobre quais os pontos em que há acordo e em quais divergem, principalmente em relação à terminologia adotada. Essa compreensão é essencial para a proposta de vocabulário controlado que seja pautado no princípio da interoperabilidade.

Evidenciou-se o caráter fundamental das normas de descrição, pelo que apresentam de contributivo para o processo de representação e recuperação da informação arquivística, por meio de seus respectivos pontos de acesso. Defende-se que a adoção de controle terminológico por meio da adoção de vocabulários controlados acarreta maior precisão aos processos comunicacionais em que interagem produtores, arquivistas, usuários e sistema de informação arquivística.

Apesar da menção clara aos vocabulários controlados na norma de descrição arquivística ISAAR (CPF), notou-se que a área de arquivologia ainda não estabeleceu um diálogo franco com esse instrumento, conforme análise da literatura brasileira de arquivologia e ciência da informação. Os vocabulários controlados têm recebido maior atenção na literatura mais específica da biblioteconomia. Que essas discussões podem oferecer subsídios teóricos à utilização de vocabulários controlados no tratamento da informação arquivística, não se questiona. Cabe, entretanto, perguntar sobre sua adequação em relação aos aspectos metodológicos da questão, considerando-se, inclusive, as diferenças de propósitos entre arquivos e bibliotecas e seus respectivos campos de pesquisa.

A médio ou longo prazo, espera-se que essa linha de investigação, da qual a presente pesquisa é apenas uma ligeira introdução, contribua de forma efetiva para o uso racional da ISAAR (CPF) e que forneça subsídios teóricos e metodológicos para a utilização de vocabulários controlados nos processos de representação e recuperação da informação em unidades arquivísticas.

## Referências

**Aguiar, F.** (2008). *O controle de vocabulário controlado como dispositivo para a organização e tratamento da recuperação arquivística*. Dissertação de mestrado em ciência da informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

**Alvarenga, L.** (2003). Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. *Encontros Bibli*, (15), 2003.

**Andrade, R. S.** (2010). *Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras*. Dissertação de mestrado em ciência da informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

**Bellotto, H. L.** (2006) *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

**Bellotto, H. L.** (2009). *Arquivologia: objetivos e objetos*. 2009. Recuperado em: 24 fev. 2015, de <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>.

**Botão, A. V. R.** (2011). *Recuperação da informação digital: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) na descrição de material imagético*. Dissertação de mestrado em ciência da informação, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Camargo, A. M. A., Bellotto, H. L.** (Coords.). (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo.

**Conselho Internacional de Arquivos** (2004). *ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

**Lara, M. L. G.** (2004). Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*, 16(3), 231-240.

**Llanes Padrón, D., Fujita, M. S. L., Bastos, F. M.** (2014). Os registros de autoridade em sistemas de informação: uma perspectiva biblioteconômica e arquivística. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Ricoeur, P.** (1990). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

**Smit, J. W., Kobashi, N. Y.** (2003). *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado.

**Souza, C. F.** (2004). *Vocabulário controlado em direito do trabalho: o caso da base de dados "REV"*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.